



**FACULDADE TRÊS MARIAS CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU  
EM GESTÃO COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

**ELIZABETH SANTANA SILVA**

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR**

**JOÃO PESSOA – PB  
2018**

**ELIZABETH SANTANA SILVA**



## **A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR**

Artigo Científico apresentado como  
Trabalho de Conclusão de Curso do  
Curso de Pós - Graduação lato sensu  
em Gestão Coordenação e  
Supervisão Escolar, da  
FACULDADE TRÊS MARIAS.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Fernanda  
Gabriela Gadelha

**JOÃO PESSOA – PB  
2018**

**ELIZABETH SANTANA SILVA**

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR**

João Pessoa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

Conceito: \_\_\_\_\_

---

Professor (a) Orientador (a):

JOÃO PESSOA – PB  
2018

## **DEDICATÓRIA**

À Deus, ao meu esposo e filha, motivo maior da minha conquista e a toda minha família, pelo apoio e incentivo, dedico.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a Deus, por me encorajar na difícil jornada da vida.

À minha (a) Orientador (a), Fernanda Gabriela Gadelha, pelo compromisso e competência para a realização deste Artigo.

À meu esposo Joel Rodrigues, pelo companheirismo, compreensão e dedicação, durante toda jornada Acadêmica.

A minha filha Clara Eduarda Santana, razão do meu viver, aos meus amigos de turma Maria de Lourdes, Gildenoura Clementino, Laís Felinto, Reginaldo Neto.

E a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização desse trabalho.

## A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Elizabeth Santana Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** É de grande significação a integração escola e família no processo pedagógico para uma educação de qualidade, Constatase que a relação escola e família como espaço de orientação, construção da identidade de um indivíduo deve promover juntamente com a escola uma parceria, a fim de contribuir no desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Este trabalho resgata um histórico da constituição familiar, desde os remotos até a modernidade, buscando compreender a formação da família em cada período histórico. Apresenta algumas reflexões de como os documentos oficiais abordam a relação família escola na atualidade. Faz também, um estudo das diversas tendências pedagógicas que influenciaram a educação brasileira, defendendo a teoria histórico crítica como concepção que coloca a educação a serviço da transformação, das relações sociais, a qual empenha-se em compreender a questão educacional historicamente, pautada no materialismo dialético.

**Palavras-chave:** Família, escola, integração, Processo pedagógico.

---

<sup>1</sup> Silva, Elizabeth Santana. 2018 p. trabalho Acadêmico Orientado (Licenciatura em Pedagogia). Curso de Pós graduação lato sensu em Gestão Coordenação e Supervisão Escolar. Faculdade Três Marias. João Pessoa-PB-2018.

## **A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR**

Elizabeth Santana Silva

It is of great significance the school-family integration in the pedagogical process for a quality education. It is verified that the relation school and family as a space of orientation, construction of the identity of an individual must promote together with the school a partnership, in order to contribute to the integral development of children and adolescents. This work rescues a history of the family constitution from the remote to the modernity, seeking to understand the formation of the family in each historical period. It presents some reflections on how the official documents address the family-school relationship in the present. It also makes a study of the diverse pedagogical tendencies that influenced the Brazilian education defending Historical-Critical Pedagogy, as a conception that puts education at the service of the transformation of social relations, which endeavors to understand the educational question historically, based on materialism dialectical.

**Keywords:** Family, school, integration, Pedagogical process.

## 1 – INTRODUÇÃO

O espaço de aprendizagem já não pode ser pensado de forma restrita a escola ou a sala de aula, assim como não cabe mais compreender a participação familiar como exclusiva ao ambiente de casa. A interação entre os dois é fundamental, já que o desenvolvimento de crianças e adolescentes não acontece de maneira isolada nos diversos espaços que freqüentam.

Há diversos benefícios da proximidade entre a família e a escola, um deles é poder juntos, alinhar as expectativas, por meio de um diálogo aberto, pois afinal, o objetivo comum dessa relação é oferecer a criança boas condições de desenvolvimento e aprendizagem.

Essa relação saudável contribui para potencializar a confiança em suas próprias capacidades, que se tornem independentes e maduros, também como benefícios dessa boa intenção pode haver a diminuição de faltas, repetências e dos problemas de comportamento.

A instituição escolar, representada por diversos sistemas, rotinas e didáticas, abrem, diariamente, a porta do conhecimento para seus alunos. Um universo lúdico, repleto de descobertas, experiências, vivências e até fantasias, refletem no desenvolvimento e aprendizagem com expectativas positivas a ponto de alcançar o sucesso educacional – e pessoal.

A família, por outro lado, é a representação mais poderosa na influência e desenvolvimento da personalidade e formação de consciência da criança. A base extremamente estabelecida no âmbito familiar provoca uma sensação prazerosa às crianças, que encontram um espaço natural para seu desenvolvimento, cultivo de valores humanos, solidificação da responsabilidade e uma segurança inigualável. O papel da família modificou-se ao longo dos anos. A convivência e o diálogo familiar são questões primordiais, construindo, assim, filhos (e alunos) com uma base sólida.

Estabelecer um vínculo entre os pais e a vivência escolar de seus filhos não é tarefa fácil. Mas esse elo consegue suprir necessidades físicas, psíquicas e sociais, que as crianças tanto necessitam. Além do ensino nas salas de aula, os deveres de casa e as brincadeiras, a criança precisa de afeto, incentivo e elogios.

Um dos papéis da escola é estabelecer parâmetros para a criança crescer como ser humano, ser protagonista de sua própria história, envolver a família no ensino-

aprendizagem e resgatar a dimensão ética do conhecimento. A presença de um adulto familiar garante a criança uma segurança física e emocional, que a levam a explorar o ambiente e conseqüentemente aprender mais. A interação humana envolve também a afetividade, a emoção como elemento básico e motivador. E, através dessa interação, a criança reforça seu aprendizado e deixa de lado qualquer limitação que possa existir.

A relação entre pais e escola deve ser cuidada durante todo o tempo em que as crianças estão na escola – do início ao fim, da infância à adolescência, com especificidades relacionadas a cada faixa etária. Essa relação deve ser estreita desde o início e cultivada ao longo dos anos. É claro que quando pequeninas, durante a fase de adaptação à escola, o contato é mais intenso e necessário, uma vez que as crianças estão deixando o lar e aprendendo a conviver em outro ambiente, e é essencial que se sintam seguras para isso. E, para minimizar qualquer choque que possa existir nesse primeiro contato, no período de adaptação, os pais permanecem um tempo maior na escola acompanhando esta transição com a equipe de profissionais da mesma.

Para aproximar cada vez mais os pais da vivência escolar de seus filhos, é necessário que se desenvolva um projeto com o objetivo de promover a oralidade e ampliar o repertório de cantigas e canções das crianças. Esse trabalho deverá desenvolver a linguagem oral, trabalhada com os movimentos e ritmo, além de ampliar o conhecimento de cantigas que fazem parte da tradição cultural brasileira. Dessa forma, conforme os alunos vão crescendo, a escola trabalha com contos, parlendas, poesia, receita, notícia, resenha, lenda, e diversos outros gêneros, inserindo os conhecimentos da linguagem oral e escrita, incluindo ortografia e gramática, no caso dos maiores. Com certeza será uma experiência positiva que esse projeto contribuirá para os alunos.

Promover a integração da família na escola é uma alternativa para embarcar no período de maior descobrimento e experimentação na vida do aluno. O ideal é que essa relação fortaleça ao longo dos anos, cultivando transformações sociais e culturais, aproveitamento completo do rendimento escolar e desenvolvimento significativo de atributos individuais.

## **2 - HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA FAMÍLIA**

As famílias são organizadas diferentemente em cada época e modelo da sociedade. A idéia de família tradicional (pai, mãe e filhos) como central não se sustenta nos dias atuais.

Segundo Morgan (apud CUNHA 1980), existiu uma época primitiva na qual cada mulher pertencia igualmente a todos os homens e cada homem pertencia igualmente a todas as mulheres. Eram os denominados matrimônios por grupo.

Para Lennan (apud ENGELS 1974), o costume da exogamia poderia ter como causa a prática bastante difundida entre os selvagens de matar as crianças do sexo feminino logo ao nascer, o que resultaria no excesso de homens em cada tribo, tendo como consequência imediata a posse de uma mesma mulher por diversos homens, caracterizando também a poliandria. Daí decorria que somente as mães das crianças eram conhecidas, e a ascendência era contada pela linhagem materna.

A família, diz Morgan (apud ENGELS, 1974), é o elemento ativo, nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado (p. 39).

O interesse na manutenção da propriedade no grupo familiar levou, segundo CASEY (1992), a uma ordenação mais cuidadosa nos matrimônios. O casamento representa uma vinculação de duas redes familiares, preocupadas com a estabilidade e a manutenção do patrimônio.

Na França, no fim da idade média, os camponeses estavam sujeitos a ver suas terras revertidas ao senhor feudal caso não tivessem herdeiros, norma que encorajava os filhos a permanecerem na casa dos pais e compartilhar a lavoura com eles: as chamadas famílias múltiplas, incluindo-se nessa constituição familiar as viúvas e viúvos. Modelo observado também no início da Idade Moderna, com o desenvolvimento do sistema de meeiros. Esse formato familiar favorecia o trabalho nas propriedades em que a exigência laboral era relativamente leve durante o ano, intensificando-se sazonalmente.

A partir de 1840, segundo Casey (1992), a redução das áreas cultivadas diminuiu a demanda por mão-de-obra. As culturas comerciais proporcionaram aos meeiros a oportunidade para se tornarem arrendatários, adquirindo maior autonomia: estamos diante da revolução agrícola e do declínio das famílias múltiplas.

Le Play (apud CASEY 1992), em 1885 argumentava que o crescimento da economia do século XIX criava uma demanda de mão-de-obra tão regular que tornava redundantes as antigas associações familiares. Os filhos passavam a ter condições de estabelecer a própria família. Essa tendência era encorajada pela legislação liberal, que estipulava uma divisão mais igualitária do patrimônio familiar entre os filhos, depois da morte dos pais.

O autor se preocupava com a “proletarização”, à medida que as oportunidades econômicas produziam uma massa uniforme de indivíduos empobrecidos, solitários e desmoralizados. O crescimento urbano na França, na primeira metade do século XIX, um fenômeno perturbador e ocasionou casamentos mais freqüentes e contraídos mais cedo.

A família moderna cresceu em torno dos conceitos de autonomia e disciplina, um artifício fabricado pelo homem nas circunstâncias sociais dadas, não um legado natural. Outras transformações nas relações entre as pessoas ocorreram com a vinda do capitalismo: a separação do público e do privado, o rompimento dos laços de patronagem, o fortalecimento da autonomia do lar sob a autoridade paterna.

Segundo Engels (1974), na família monogâmica a solidez dos laços conjugais são maiores, só os homens podem rompê-los e repudiar sua mulher, ao homem também se concede o direito à infidelidade conjugal. À mulher cabe a fidelidade, o cuidado com os filhos e com a casa. A monogamia não foi, de modo algum, fruto do amor sexual individual, já que os casamentos, antes, como agora, permaneceram por conveniência. Foi a primeira forma de família que se baseava nas regras da propriedade privada.

O matrimônio proletário é monogâmico em seu sentido etimológico, mas de modo algum em seu sentido histórico. Segundo o autor, na família o homem é o burguês e a mulher representa o proletariado.

Na história da família temos, segundo Engels (1974), três estágios de matrimônio:

- Ao Estado Selvagem – matrimônio por grupos;
- À Barbárie – matrimônio sindiásmico;
- À Civilização – a monogamia com seus complementos: o adultério e a prostituição.

A família em qualquer de suas formas, nos ajuda a explicar a estrutura econômica e política de uma sociedade particular, em que as mulheres foram gradativamente perdendo a liberdade sexual e a monogamia nasceu para favorecer a concentração de riqueza e o desejo de transferir essa riqueza aos herdeiros.

A supremacia efetiva do homem na casa tinha posto por terra os últimos obstáculos que se opunham ao seu poder absoluto. Esse poder absoluto foi consolidado e eternizado pela queda do direito materno, pela introdução do direito paterno e pela passagem gradual do matrimônio sindiásmico à monogamia.

Engels (1974) afirma que o matrimônio só se realizará com toda a liberdade quando suprimidas a produção capitalista e quando forem removidas as condições econômicas que exercem influência na escolha dos esposos. A emancipação feminina só poderá ser alcançada com a grande indústria moderna, que não apenas permite como também exige o trabalho da mulher em grande escala, tendendo cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública. O matrimônio baseado no amor sexual será monogâmico por natureza, e, se o matrimônio for baseado no amor, quando esse afeto desaparecer ou for substituído por outro amor, o divórcio será um benefício para o casal e para a sociedade.

Do ponto de vista estritamente social, os pilares da monogamia surgem e se mantêm a partir da idéia da importância da família, da sua manutenção como uma entidade íntegra e harmoniosa. A monogamia teria sido "a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas e, no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneidade". Fato é que muitos casamentos já esgotados, com a data de validade vencida há muito tempo, ainda perduram por anos. Além do desejo de se manter a integridade familiar, ainda existe o fator econômico, com os seus imperativos e exigências peculiares. (ENGELS, 1974).

Com a modernidade, o crescimento industrial, o fortalecimento do mercado, o trabalho feminino fora do lar e o fortalecimento da renda familiar passam a conviver com a falada crise na família – divórcios, pais e mães estressados, mães trabalhadoras, mães “chefes de família” sobrecarregadas, falta de tempo para convivência com os filhos – que teve reduzido o papel no cuidado dos filhos (nos aspectos físicos, social, moral e emocional) delegando-se às escolas estas atribuições.

À medida que as famílias se nuclearizaram e se isolaram, pais e mães passaram a trabalhar fora de casa, reduzindo suas funções reprodutivas culturais e sociais. A escolarização cresceu como um modo sistemático e especializado de educação, assumindo posteriormente funções sociais e emocionais adicionais. A universalização da escola básica significou a democratização no nível inferior da escolaridade e seleção no nível superior justificada pela meritocracia. Mesmo após um século de escolarização universal, o sucesso não acontece para todos e a escolarização não eliminou a desigualdade social. Buscando a concretização destes objetivos vemos pais, mães e/ou responsáveis pelas crianças intensificando a cobrança por respostas das instituições escolares. Estas, por sua vez, buscam nas diferentes concepções pedagógicas aportes visando atender aquelas demandas.

Vejamos a seguir algumas concepções na história da educação brasileira e o modo como se propõem a resolver ou reduzir os problemas sociais.

## **2.1 - Como os documentos oficiais abordam a relação família-escola?**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 93 94/96) estabelece como direito da criança e dever dos pais e responsáveis, a educação de seus filhos pelo Poder Público.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

A Lei responsabiliza os pais pela garantia do ingresso de seus filhos à escola. O Art. 6º da LDB assim expressa “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) reitera a responsabilidade da família pela matrícula dos seus filhos na rede regular de ensino: “Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. (ART. 55).

Entre os objetivos e metas traçadas pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº10172/01) está “promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de conselhos escolares ou órgãos equivalentes”. A LDB também contempla o maior envolvimento das famílias na vida escolar dos filhos e nas ações da escola.

Art. 12 Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

O ECA atribui à escola a responsabilidade de informar ao Conselho Tutelar e/ou ao Ministério Público a relação dos alunos que apresentam quantidades de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei; a preocupação com a frequência e

permanência das crianças e adolescentes na escola é evidente. O art. 56 responsabiliza diretores (as) pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Art. 56 Os dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III – elevados níveis de repetência.

## **2.2 - Um resgate das principais Tendências Pedagógicas**

A escola surge como antídoto à ignorância e instrumento para equacionar o problema da marginalidade, seu papel é difundir a instrução, transmitir conhecimentos e sistematizá-los logicamente, centrando-se no professor, as escolas eram organizadas na forma de classes e aos alunos cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos. Como as iniciativas cabiam ao professor, o fundamental era contar com um professor razoavelmente bem preparado, que expunha as lições e aplicava os exercícios que os alunos deveriam fazer disciplinadamente (SAVIANI, 1984). Segundo Saviani (2008), o nível preponderante é o da filosofia da educação. “O que chamamos de Pedagogia Tradicional é um conjunto de enunciados filosóficos referidos à educação que tomam por base uma visão essencialista do ser humano”.

No momento de ascensão do capitalismo a burguesia se manifesta como classe revolucionária. A dominação da nobreza e do clero era social e histórica. O “trabalhador-servo” vinculado à terra cede lugar ao trabalhador “livre” (para vender sua força de trabalho mediante contrato). Para a burguesia a escolarização dos homens era condição para converter os servos em cidadãos e consolidar a ordem democrática. Nesse contexto a pedagogia tradicional, a pedagogia da essência não atenderá aos objetivos da burguesia, que vai propor uma escola nova, a pedagogia da existência. Essa concepção considera os homens essencialmente diferentes, o que acaba por legitimar as diferenças sociais. Surge a Pedagogia Escolanovista, deslocando o eixo pedagógico do intelecto para o sentimento, do lógico para o psicológico, dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos, do professor para o aluno, do esforço para o interesse, da disciplina para a espontaneidade, de uma pedagogia centrada na ciência da lógica para uma pedagogia com inspiração experimental, baseada na contribuição da psicologia e da biologia (SAVIANI, 1984).

A escola nova aprimorou o ensino destinado às elites e rebaixou o ensino destinado às classes populares. Porque seu ideário pressupõe métodos sofisticados, escolas bem

preparadas, menor número de alunos, maior duração das aulas, trata-se de escolas mais agradáveis, capaz de despertar o interesse dos alunos. Como isto foi realizado em poucas escolas, exatamente a destinada às elites contribuiu para aprimorá-las em detrimento das destinadas as camadas populares, que continuaram funcionando de acordo com as condições tradicionais, agravando-se com o afrouxamento da disciplina e a secundarização da transmissão de conhecimentos.

Ao findar a primeira metade do século XX, são visíveis os sinais de exaustão escolanovistas e toma corpo uma nova tendência pedagógica, o Tecnicismo, defendendo os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, propondo a reorganização do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional.

Pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico, há a proliferação dos recursos áudios-visuais, instrução programada e tele-ensino. Professores e alunos passam a ser executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos e imparciais. Nessa concepção, marginalizado será o incompetente e improdutivo e a educação contribuirá para a superação da “marginalidade na medida em que formar indivíduos eficientes, capazes de darem sua parcela de contribuição para o aumento da produtividade da sociedade” (SAVIANI, 1984). Com a Lei 5692/71, expressão do tecnicismo brasileiro, foi flexibilizada a conclusão do 1º grau, reformulado o currículo e diluídos os conteúdos.

A Pedagogia Tecnicista, ao ensaiar transpor para a escola a forma de funcionamento do sistema fabril, perdeu de vista a especificidade da educação, ignorando que a articulação entre escola e processo produtivo se dá de modo indireto e através de complexas mediações (SAVIANI, 1984, p.18).

Dessa forma, o tecnicismo acabou por contribuir com o caos, gerando a descontinuidade, heterogeneidade e fragmentação, que praticamente inviabiliza o trabalho pedagógico. Os conteúdos de ensino se tornaram mais rarefeitos e os índices de evasão e repetência anularam a relativa ampliação de vagas.

Saviani considera esse 1º grupo de tendências pedagógicas como “não-críticas” por acreditarem apenas a ação da educação sobre a sociedade e desconheceram as determinações sociais do fenômeno educativo. Na visão desse grupo, a marginalidade é vista como um problema social e a educação dispõe de autonomia em relação à sociedade, estando capacitada a intervir eficazmente transformando-a, corrigindo-a,

tornando-a melhor, julga que a educação é capaz de corrigir o desvio causador da marginalidade. Há o segundo grupo, com as chamadas teorias crítico reprodutivistas, “uma vez que postulam não ser possível compreender a educação senão a partir de seus condicionantes sociais”, (SAVIANI, 1984, p.19), a função da educação é a reprodução da sociedade.

Em que pesem as diferentes manifestações, as teorias que maiores repercussão tiveram e que conseguiram uma condição maior de elaboração são as seguintes:

**a) Violência Simbólica:**

A ação pedagógica impõe a cultura da classe dominante à classe dominada e contribui para reproduzir a estrutura de relação de forças;

**b) Aparelho Ideológico de Estado:**

A escola é instrumento mais acabado da reprodução das relações de produção no capitalismo, sendo reprodutora da ideologia dominante; em lugar de instrumento de equalização constitui mecanismo construído pela burguesia para perpetuação de seus interesses. A minoria da população alcança o ensino superior;

**c) Escola Dualista:**

A escola é dividida em duas redes de escolarização:

- Secundária-Superior (SS);
- Primária-Profissional (PP).

Pelo mecanismo das práticas escolares, se dá a formação da força de trabalho no processo de inculcação da ideologia burguesa. As práticas escolares, ainda que contenham elementos que aludem a um saber objetivo, são práticas de inculcação ideológica.

Saviani (1984), não faz referência a uma proposta pedagógica crítico reprodutivista porque na verdade essas teorias não tinham uma proposta, só se empenhavam em explicar o mecanismo da escola tal como está constituída.

Enquanto as teorias não-críticas pretendem ingenuamente resolver o problema da marginalidade através da escola sem jamais conseguir êxito, as Teorias Crítico-Reprodutivistas explicam a razão do suposto fracasso (SAVIANI, 1984, p.34).

Na década de 1960, Paulo Freire propõe a pedagogia libertadora, uma concepção considerada contra-hegemônica, que propunha como:

... ponto de partida a vivência da situação popular (1º passo), de modo que identifique seus principais problemas e opere a escolha dos temas geradores (2º passo), cuja problematização (3º passo) levaria a conscientização (4º passo) que, por sua vez, redundaria na ação social e política (5º passo) (SAVIANI, 2008, p.117).

Essa concepção trouxe muitas contribuições para a educação brasileira, e destinava-se ao público jovem e adulto que não passou pela escola na idade apropriada.

Segundo o autor (2008), na década de 70, sob a influência da tendência Crítico-Reprodutivista, procura-se fazer a crítica à teoria do capital humano, buscando evidenciar que a subordinação da educação ao desenvolvimento econômico coloca a serviço da classe dominante, fortalecendo as relações de produção capitalistas.

### **2.3 - Função social da Escola na perspectiva Histórico-Crítica**

Somente na década de 80, emerge como proposta contra-hegemônica a concepção Pedagógica Histórico-Crítica. Para Saviani (2008) a educação é entendida como mediação no seio da prática social global.

Para o autor, a Pedagogia Histórico-Crítica, busca superar as pedagogias da essência e da existência dialeticamente, busca superar a crença na autonomia ou na dependência absoluta da educação em face das condições sociais vigentes.

Entende que a prática sem a teoria é ativismo (a ação pela ação, a prática cega, sem objetivo, sem rumo claro) e a teoria sem a prática é o verbalismo (falar por falar, o culto da palavra oca).

A Pedagogia Histórico-Crítica compreende a educação como o ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Está empenhada em por em ação, métodos de ensino eficazes. Situa-se para além dos métodos tradicionais e novos, visando superar por incorporação as contribuições dessas duas tendências pedagógicas. Nessa perspectiva, seus métodos estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão da iniciativa do professor, favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente, levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (p.129).

A Pedagogia Histórico-Crítica se consolida como pedagogia crítica e o autor (2008) aborda uma metodologia, na qual o trabalho pedagógico permite a passagem dos

educandos “de uma inserção acrítica e inintencional a uma inserção crítica e intencional”, por meio de cinco passos.

O primeiro passo é a prática social, que é comum a professor e alunos, porém é vivenciada diferentemente pelo professor e pelos alunos. O professor tem visão sintética da prática social, ainda que na forma de síntese precária, os alunos têm visão sincrética. O segundo passo é a problematização, o ato de detectar questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e como a educação poderá encaminhar as devidas soluções.

O terceiro passo é a instrumentalização, entendida como aproximação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social.

O quarto passo é a catarse, “elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (Gramsci, apud SAVIANI, 2008, p.132), é o ponto culminante do processo pedagógico, quando ocorre a efetiva incorporação cultural por parte dos alunos, transformando-os em elementos ativos de transformação social.

O quinto passo é a prática social final, o ponto de chegada. Ao mesmo tempo em que os alunos ascendem ao nível sintético em que se encontrava o professor no ponto de partida, reduz-se a precariedade da síntese do professor, cuja compreensão se torna cada vez mais orgânica (2008, p.132).

Defendemos neste trabalho uma reflexão pedagógica comprometida com a transformação social que melhore a vida da classe trabalhadora, que instigue uma mudança nas ações da escola, no sentido de guiá-la ao encontro das potenciais possibilidades dos alunos da escola pública, permitindo que ali permaneçam para elevar o grau de consciência por meio da aquisição dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos produzidos e acumulados pela humanidade.

Buscamos a defesa e promoção da participação da família no cotidiano escolar conscientizando-a da sua responsabilidade para o desenvolvimento de atividades para oportunizar e exigir a frequência do filho à escola, espaço privilegiado para inserção das gerações jovens na cultura adulta, estabelecendo horários de estudo, estimulando o filho no cumprimento dos trabalhos escolares com responsabilidade.

Os pais podem e devem questionar seus filhos sobre as atividades e conteúdos escolares, demonstrando interesse, credibilidade e confiança à instituição de ensino.

Por outro lado a participação das famílias nos órgãos colegiados como, Conselho Escolar e Conselho de Classe, constitui mecanismo fundamental para a consolidação da democratização da gestão escolar.

É nesse quadro e a partir dessas bases históricas que o que chamamos de pedagogia histórico-crítica se empenha na defesa da especificidade da escola. Em outros termos, a escola tem uma função de especificidade educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento; é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar. (SAVIANI, 2008, p.98).

Acreditamos na especificidade da escola e sua importância para o desenvolvimento cultural das novas gerações, tendo o professor como principal agente e, portanto, responsável pelo processo ensino-aprendizagem. Estamos certos que a conscientização e participação da família, pode ocupar papel essencial no processo escolar: incentivando e possibilitando a frequência, a pontualidade, o horário de estudos às crianças, comprometendo-se com tarefas escolares e participando dos órgãos colegiados da escola. Dessa forma família e escola compreendidas em suas características históricas, ajudarão na superação da sociedade desigual e excludente em que vivemos rumo à igualdade e justiça cultural e social.

#### **2.4 - O que se espera das famílias nessa perspectiva pedagógica**

Para Bourdieu e Passeron (CARVALHO, 2004, 53) o sucesso escolar depende da familiaridade com o conhecimento, linguagens e padrões de avaliação específicos da escola e reflete a distância ou afinidade entre cultura doméstica e cultura acadêmica. Assim a produção do fracasso escolar é intrínseco ao funcionamento de um sistema educacional que recebe indivíduos de origens culturais diversas, mas implicitamente adota um modelo cultural. Como conseqüências, políticas que não levam em conta esses mecanismos reprodutivos promovem desigualdade educacional e social, ao atribuírem demandas à família, como por exemplo, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar dos filhos. Isso porque as escolas passam a organizar o processo ensino-aprendizagem contando com a contribuição da família “ideal”, culta e comprometida com a “cultura escolar”, realidade que sabemos não é a da maioria das famílias brasileiras.

Há que se pensar na seleção provocada pelos processos pedagógicos escolares baseados na imposição de conhecimentos que as famílias não têm. Tradicionalmente, a escola tem

idealizado um modelo familiar em que pais e filhos obtêm sucesso escolar. É preciso levar em conta as dificuldades oriundas da multiplicidade de organizações familiares brasileiras atuais na qual, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), as mulheres representam 25% dos chefes familiares, é preciso levar em conta as diferenças sócio-econômicas, a diversidade cultural e a especificidade da tarefa da escola.

Diante da desigualdade social e educacional, segundo Carvalho (2004), a tarefa da escola é ensinar um currículo básico comum no seu próprio tempo, espaço com seus próprios recursos, tentando compensar as diferenças culturais dos alunos e limitando a avaliação àquilo que o currículo escolar explicita sistematicamente. Pode-se conjecturar a importância da contribuição da família para aprendizagem do currículo escolar, não a família “ideal”, letrada e culta, mas a família “real” que nem sempre tem esses atributos, mas que contribui muito como família “estimuladora”. Isso é; ressignificando o que se deseja na participação da família.

Parece razoável esperar que as famílias sejam parceiras, aliadas dos professores, se interessem pela vida escolar dos filhos.

Mesmo quando seus adultos são analfabetos espera-se que se sentem ao lado dos filhos no momento das atividades escolares de casa, pois, acredita-se que a família deseja a eles o melhor, o sucesso escolar. Porém, essas posturas exigem certas condições objetivas: tempo disponível, valorização as escolas, interesse acadêmico, conhecimento das disciplinas e da rotina escolar, o que a maioria das famílias não possui.

Acreditamos que com o envolvimento das famílias na vida escolar dos filhos, em casa e na escola, pode-se melhorar o desempenho acadêmico desses. Considerando que muitos adultos trabalham o dia todo, não sabem ler e escrever, podem arranjar um tempinho disponível para conversar com o filho e ver sua tarefa de casa.

Relatos de experiências nessa direção confirmam que essas atitudes, refletem na melhoria do aprendizado e do comportamento dos alunos.

### **3.0 - A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA: FAMÍLIA E ESCOLA, CONTRIBUINDO COM O AMBIENTE DE APRENDIZAGEM:**

Quando a família e escola estabelecem uma boa relação, dialogam e compartilham responsabilidades, os professores percebem uma melhora no comportamento dos alunos, facilitando assim a aprendizagem.

A família e a escola formam uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. Ressalta-se que mesmo tendo objetivos em comum, cada uma deve fazer sua parte para que atinja o caminho do sucesso, que visa conduzir crianças e jovens a um futuro melhor. O ideal é que família e escola tracem as mesmas metas de forma simultânea, propiciando ao aluno uma segurança na aprendizagem de forma que venha criar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade.

Existem diversas contribuições que tanto a família quanto a escola podem oferecer, propiciando o desenvolvimento pleno respectivamente dos seus filhos e dos seus alunos. Alguns critérios devem ser considerados como prioridade para ambas as partes. Podemos considerar alguns pontos como por exemplo:

#### **Família:**

- Selecionar a escola baseado em critérios que lhe garanta a confiança da forma como a escola procede diante de situações importantes;
- Dialogar com o filho o conteúdo que está vivenciando na escola;
- Cumprir as regras estabelecidas pela escola de forma consciente e espontânea;
- Deixar o filho a resolver por si só determinados problemas que venham a surgir no ambiente escolar, em especial na questão de socialização;
- Valorizar o contato com a escola, principalmente nas reuniões e entrega de resultados, podendo se informar das dificuldades apresentadas pelo seu filho, bem como as atividades realizadas, participação em sala de aula e seu avanço no que diz respeito ao seu desenvolvimento.

#### **Escola:**

- Cumprir a proposta pedagógica apresentada para os pais, sendo coerente nos procedimentos e atitudes do dia-a-dia;
- Propiciar ao aluno liberdade para manifestar-se na comunidade escolar, de forma que seja considerado como elemento principal do processo educativo;
- Receber os pais com prazer, marcando reuniões periódicas, esclarecendo o desempenho do aluno e principalmente exercendo o papel de orientadora mediante as possíveis situações que possam vir a necessitar de ajuda;

- Abrir as portas da escola para os pais, fazendo com que eles se sintam à vontade para participar de atividades culturais, esportivas, entre outras que a escola oferecer, aproximando o contato entre família e escola;
- É de extrema importância que a escola mantenha professores e recursos atualizados, propiciando uma boa administração de forma que ofereça um ensino de qualidade para seus alunos. A parceria da família com a escola sempre será fundamental para o sucesso da educação de todo indivíduo. Portanto, pais e educadores necessitam ser grandes e fiéis companheiros nessa nobre caminhada da formação educacional do ser humano.

### **3.1 - A participação dos pais dá mais segurança para os filhos:**

Na infância, o espaço escolar e sua dinâmica de funcionamento são grandes novidades para os pequenos. Abre-se um mundo novo, repleto de possibilidades, com interação com outras crianças e adultos e com diferentes estímulos e conhecimentos. Apesar de empolgante, esse movimento pode ser intimidador.

Quando os pais participam ativamente da vida escolar de seus filhos, eles demonstram estar interessados no processo em que as crianças estão inseridas. Com isso, elas se sentem apoiadas, acolhidas e mais seguras para seguir no desenvolvimento educacional.

Além de passar segurança, pais comprometidos com a vida escolar dos filhos, que acompanham as atividades desenvolvidas na escola, podem auxiliar no desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade dos pequenos.

Verificar depois das aulas os trabalhos e deveres passados e estar disponível para ajudar são maneiras de encorajar as crianças e adolescentes a realizarem suas tarefas com responsabilidade. Além disso, esse hábito reforça a importância de estudar fora da sala de aula.

### **3.2 - É possível conciliar a rotina de trabalho e a vida escolar dos filhos?**

Extensas jornadas de trabalho e com isso falta de tempo, é algo real na vida das famílias, que fazem verdadeiros “malabarismos” para atender todos os afazeres necessários do cotidiano, mas nem sempre é fácil e conseguem cumprir. Essa realidade afeta diretamente sua participação nas atividades promovidas pelas escolas de seus

filhos. Porém, é preciso tentar organizar o tempo, se planejar e abrir espaço para a participação.

É importante compreender que essa participação demonstra para os filhos a valorização e priorização à educação, os estudos e o conhecimento. É importante também apontar para os filhos suas conquistas, pois por vezes focamos mais no que não está bom ou não deu certo e não percebemos os esforços e ganhos, o elogio pode ser um importante incentivo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Observa-se que a educação, sendo uma prática social, não pode restringir-se a ser puramente teórica, sem compromisso com a realidade local e com o mundo em que sua clientela está inserida.

A orientação ao educando precisa estar voltada para estratégias que irão possibilitar a cada um deles e assumir efetivamente os valores humanos com consciência e responsabilidade para que seja agente de transformação na realidade em que está inserido.

Portanto, a instituição escolar com toda a sua equipe possui uma grande tarefa: a de não deixar que o ambiente escolar seja meramente espectador dos problemas sociais. Assim, o pleno exercício da cidadania inclui a prática do ato educativo e requer a participação ativa e compromissada dos cidadãos. Isso só poderá realmente ser concretizado com a efetiva elaboração e administração do projeto político pedagógico.

Com a proposta de educar o aluno para conhecer e vivenciar a realidade do outro, seja em instituições de pessoas com portadoras de deficiências, creches, núcleos sócio-educativos e até em hospitais, a escola tem a responsabilidade social como identidade, desenvolver vários projetos e formar estudantes cidadãos e comprometidos com as mudanças sociais. As famílias também são convidadas a participarem ativamente dessa tarefa, confiando na proposta e no trabalho dos educadores da escola.

A escola deverá também oferecer palestras às mães de alunos como também à comunidade de um modo geral, enfatizando temas relacionados à saúde, nutrição, violência, consumismo, educação ambiental, cuidado com os filhos, entre outros.

A participação dos pais em projetos sociais desenvolvidos na escola, junto aos seus filhos, estreita a parceria entre as famílias e a escola em busca de uma formação integral dos alunos.

## REFERÊNCIAS:

\_\_\_\_\_. **BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.** Brasília, Distrito Federal: Senado, 1990.

CARVALHO, Maria E. P. **Modos de educação, gênero e relações escola-família.** In: Caderno de Pesquisa, v. 34, n.121, p, 41-58, jan./abr. 2004.

CASEY, James. **A história da família.** São Paulo: Editora Ática, 1992.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** 5. Ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora. 1980.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 11. Ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

NÉRICE, Imideo G. **Lar, Escola e Educação.** São Paulo: Atlas, 1972.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família Hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

RODRIGUES, Neidson. **Lições do Príncipe e outras lições.** 3 d, São Paulo: Cortez/Autores Associados: 1934.

SANTANA, Patrícia Maria. O valor do afeto na relação professor/aluno, 2007, disponível em, Acesso 07/04/2011.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia Histórico-Crítica.** Contextualização histórica e teórica, In: Caderno Pedagógico. A educação no século XXI. 2ª Ed., Curitiba: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP), 2003.

TEIXEIRA, Alberto Martins. **E a propósito, o que é a escola e para que serve?** 2000, disponível em, Acessado em 05/07/2011.

\_\_\_\_\_. **A Pedagogia do Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. **Escola e Democracia.** 38 ed. Campinas: Autores Associados, 1984.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-crítica.** 9. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** In: Educação e Sociedade, v.28, nº101, Campinas, dez/2007.



